

DOS ENCONTROS À UNIÃO. A formação da União de Mulheres de São Paulo

Júlia Glaciela da Silva Oliveira
(Universidade Estadual de Campinas – Unicamp)

Resumo: Este artigo aborda o processo de formação da associação autônoma feminista União Mulheres de São Paulo, atuante na defesa e promoção dos Direitos Humanos das Mulheres. A entidade foi fundada, em 1981, por militantes de partidos de esquerda e ex-presas políticas que atuaram nas lutas pelas liberdades democráticas. Portanto, esse texto parte das narrativas das ativistas da UMSP, como Criméia Almeida, Amelinha Teles, Terezinha Gonzaga, Lurdinha Rodrigues e Kátia Antunes, para trilhar as experiências e os conflitos em torno de *ser militante* nas décadas de 1960 e 1970 e os caminhos que levaram a necessidade de constituir uma associação feminista autônoma.

Palavras-Chave: UMSP, feminismo, militância.

Abstract: This article discusses the process of formation of autonomous association feminist União Mulheres de São Paulo, active in the defense and promotion of Human Rights of Women. The organization was founded in 1981 by activists of left parties and former political prisoners who worked in the struggles for democratic freedoms. Therefore, this article deals with the narratives of activists UMSP as Criméia Almeida, Amelinha Teles, Terezinha Gonzaga, Lurdinha Rodrigues e Kátia Antunes, to tread the experiences and conflicts around being militant in the 1960s and 1970s and the paths that led to the need to form an association autonomous feminist.

Keywords: UMSP, feminism, activism.

Introdução

Foucault, no prefácio de *O Anti-Édipo*, de Deleuze e Guattari, ao refletir sobre a militância revolucionária no século XX, nos traz a seguinte questão: “como fazer para não se tornar fascista mesmo quando (sobretudo quando) se acredita ser um militante revolucionário?”¹. Com esta pergunta, o filósofo nos dá indícios do que poderia ser a constituição de uma prática revolucionária que não fosse capturada pelos fascismos diários e que não “caísse de amores” pelo poder. Assim, ele aponta para a constituição de um estilo de vida, de uma subjetividade revolucionária, que não seja cooptada pelos partidos, sendo “contrária a todas as formas de fascismos”.

Ao entrar em contato com as memórias das fundadoras da UMSP, suas angústias e os conflitos vividos dentro do partido em que militavam e, em alguns momentos dentro do

próprio feminismo, e olhar para o seu empenho com a transformação do mundo, não pude deixar de pensar na questão colocada por Foucault. As mulheres que fundaram a UMSP estiveram envolvidas nas árduas lutas democráticas, por melhores condições de vida e trabalho e conviveram com discursos que hierarquizavam não apenas suas posições de militantes, mas também as propostas que seriam “verdadeiramente” capazes de provocar mudanças sociais. Propostas essas que não contemplavam outras assimetrias sociais, a exemplo de gênero e etnia.

Neste sentido, pensando na militância como um modo de vida, uma escolha pela prática revolucionária, esse artigo aborda, a partir das narrativas de Kátia Antunes, Criméia Alice S. de Almeida, Maria Amélia A. Teles (Amelinha), Terezinha de Oliveira Gonzaga e Maria de Lourdes Rodrigues (Lurdinha), mulheres que estiveram no processo de fundação UMSP e que ainda hoje são ativistas engajadas, a constituição da necessidade, de mulheres ligadas à militância tradicional da esquerda, de constituírem um espaço autônomo para tratar das questões específicas de gênero.

Compreendo, no entanto, que ao trabalhar com a memória lidamos com um discurso produzido por alguém a partir de suas relações com o presente, portanto, permeado por outras interpretações. Deste modo, busco lê-la a partir do conceito de Foucault de “documentos-monumentos”, isto é, a partir da visão de que os documentos ou as construções da memória não são uma representação direta e fiel do passado, um reflexo da realidade, mas sim de narrativas construídas com objetivos específicos, a partir de outros sentidos e reinterpretações das experiências vividas.²

Trajetos

O feminismo reapareceu com força, no Brasil, entre o final da década de 1960 e início de 1970, possibilitando o surgimento de vários grupos e associações. Diferente do feminismo liberal que vigorou na primeira metade do século XX, marcado pela luta pelo voto e pela educação, ou da vertente anarquista que defendia a emancipação das mulheres para além da esfera do trabalho, estendendo-se à defesa do amor livre e da maternidade voluntária, entre outras; o feminismo contemporâneo trouxe para o espaço público e político as questões tangentes ao corpo feminino, como a sexualidade e o prazer, e denunciou de forma mais contundente as formas de opressão, violência e discriminação contra as mulheres.

O cenário político brasileiro, marcado pelo regime militar e pelo enfrentamento das esquerdas resultou, para o feminismo, em uma experiência de conciliação entre as lutas pelas questões específicas femininas e pelas liberdades democráticas. Muitas feministas desse período estiveram engajadas nos grupos políticos da esquerda e, portanto, trouxeram para o debate feminista as concepções marxistas, assim como as experiências enquanto presas políticas, exiladas ou no envolvimento com outras lutas sociais.

Assim, as narrativas trabalhadas aqui são permeadas pelos acontecimentos e pelas ideias daquele período. Todas as entrevistadas, em algum momento de suas vidas, fizeram parte de partidos de esquerda e de outros movimentos sociais. O contato com o feminismo fez com que estas mulheres, cada a qual a seu modo, direcionassem outros olhares para si e para a proposta política das esquerdas. As novas concepções provocadas pelo feminismo geraram diversas tensões e rupturas, pois, se algumas, como Kátia, tiveram uma rápida passagem no ativismo partidário, outras, a exemplo de Amelinha e Criméia, se envolveram com a militância desde a adolescência.

Maria Amélia de Almeida Teles, nasceu em 1944, em Contagem, Minas Gerais. Filha de operário, sindicalista e ativista político, vivenciou desde muito cedo a política em sua vida. Em 1960, aos quinze anos, tornou-se “oficialmente” militante ao filiar-se ao antigo partidão (PCB) e, com o racha, acabou optando pela militância no PC do B. Em sua memória, ecoa tanto o incentivo dos pais à participação política, assim como as desigualdades de gênero que se faziam presentes, ainda que pouco perceptíveis, naquele momento. De acordo com sua narrativa:

Na minha época, todas as tarefas que tínhamos que fazer como pichar muros, distribuir panfletos em porta de fábricas, ações rápidas de propaganda, só participavam os homens. As meninas eram proibidas pelos pais, irmãos, namorados. Eu me lembro de que éramos eu e minha irmã, Criméia, as únicas mulheres que participavam destas atividades. Éramos filhas de sindicalistas que nos incentivavam a protestar e a participar de movimentos políticos.³

A participação de Amelinha e da irmã Criméia nas atividades consideradas masculinas pelas esquerdas sempre foi incentivada e apoiada pelo pai que, como ela diz, nunca proibiu o envolvimento das filhas no ativismo político. Criméia, apesar de ter passado grande parte de sua adolescência e infância em Minas Gerais, nasceu em Santos, em 1946. Envolvida com as questões políticas desde muito jovem, em 1964, quando ainda morava em Belo Horizonte, foi processada no mesmo momento em que seu pai foi preso. Alguns anos depois, morando no Rio de Janeiro, em companhia da família, Criméia ingressou no curso de enfermagem da

Faculdade Ana Nery, antiga Universidade de Brasília, onde, segunda suas lembranças, passou a viver uma “vida semiclandestina”. Como narra:

No Rio já era uma vida semiclandestina. Eu tinha meu nome, entrei na faculdade, mas eu não dava meu endereço, eu não tinha história, minha história passada era inventada. Eu não dizia que tinha vindo de Minas. Eu tinha sido processada por motivo político. Então, minha história não existia, eu era de São Paulo, inventei uma cidade do interior onde moravam meus pais, era tudo inventado, entende?⁴

A ausência de um passado e a necessidade de uma constante reinvenção de sua história são pontos acentuados em sua memória, assim como as assimetrias de gênero presentes em pequenas situações do dia a dia, como a falta de permissão para as estudantes de enfermagem entrarem de calças compridas na faculdade. Em 1968, foi presa durante o Congresso de Ibiúna. No ano seguinte, com o aumento da repressão a partir do decreto do AI-5, ela deixou a faculdade e foi para a Guerrilha do Araguaia, de onde conseguiu escapar, ao contrário de seu companheiro André Grabois, o sogro e o cunhado que continuam desaparecidos. Em 1972, grávida de sete meses, junto de Amelinha, de seu cunhado César Teles e de seus dois sobrinhos, foi presa e torturada, e mantida em reclusão na OBAN até 1973.⁵

Kátia Antunes também nasceu em 1946, em Regente Feijó, interior de São Paulo e passou sua adolescência em Cuiabá, no Mato Grosso. Ao contrário de Criméia e Amelinha, ela cresceu em uma família sem vínculos políticos. Em São Paulo, ingressou no curso de Direito da Faculdade Mackenzie. Em suas lembranças, o conflito entre os estudantes da Mackenzie e os alunos da USP, em novembro de 1968, na Rua Maria Antônia, aparece como um “divisor de águas”. Foi naquele dia que ela resolveu abandonar o curso de Direito para atravessar o outro lado da rua e ingressar no curso de História, na USP, no ano seguinte. Contudo, aos vinte e quatro anos, como muitas jovens do período, Kátia casou-se e trancou a faculdade para viver em Vassouras, no Rio de Janeiro, onde se localizava a faculdade de medicina que seu marido cursava. Em 1975, seu retorno à São Paulo coincide com o momento que o feminismo ganhava maior espaço e articulação nos movimentos.

Já Terezinha de Oliveira Gonzaga nasceu em 1952, em São Miguel Paulista, periferia de São Paulo. Foi criada em um meio libertário e político, sendo que sua mãe fez parte dos movimentos grevistas durante o governo Vargas e seu pai era militante do antigo PCB. A atividade política e a companhia paterna são constantes em suas memórias. Como conta: “(...) segundo minha mãe, quando meu pai fazia comício, ele me levava no colo, isso eu estava com um ano e meio, dois anos. E eu ficava com a boca no microfone, aqueles microfones grandes

assim e eu adorava!”.⁶ Em 1977, ingressou no curso de Arquitetura da USP, após cursar três anos de Artes Plásticas na Faculdade de Belas Artes. No entanto, a faculdade foi interrompida por sua escolha pela militância política. Em 1974, quando fazia cursinho, entrou em contato com alguns militantes do PCdoB e resolveu filiar-se ao partido. Em 1979, a pedido dos dirigentes, trancou o curso e foi para Santos fundar uma sede do mesmo, retornando à São Paulo, em 1981, data da fundação da UMSP.

Maria de Lourdes Rodrigues, a mais jovem delas, nasceu em 1960, em Santana do Cariri, região sul do Ceará. Sua família veio para São Paulo quando ainda era criança, onde passou grande parte de sua vida junto aos irmãos. Como Kátia, ela não vinha de uma família marcada pelo ativismo político; sua mãe, como diz, era uma senhora simples, uma trabalhadora que fazia parte da igreja e que chegou a participar do Movimento contra Carestia. Na adolescência, mudou-se para Jundiaí onde se encontrou com o desejo revolucionário a partir da leitura de *Subterrâneos da Liberdade*, de Jorge Amado.⁷ A ideia de transformação social proposta pelo comunismo a encantou, levando-a, posteriormente, a entrar para a militância política. Como ela se recorda: “toda a história romântica do comunismo, a questão da liberdade, da igualdade das pessoas, e tudo aquilo me encantou muito”.⁸

De volta à São Paulo, em contato com alguns ativistas, filiou-se ao PCdoB, mesmo sabendo dos riscos que corria como a perseguição e prisão de outros militantes. A atração pela proposta de transformação social, como ela narra, falava mais alto e, como afirma: “qualquer partido que tivesse aquele propósito naquele momento e viesse me procurar muito provavelmente eu teria entrado, porque eu estava muito encantada com a ideia de liberdade, de ter uma distribuição de riquezas”.⁹

No entanto, o romance que despertou a paixão de Lurdinha pela militância comunista, pela ideia de igualdade e liberdade era, também, o que, de acordo com Rosa, traduzia a postura machista da esquerda em relação às mulheres militantes.¹⁰ O ativismo dentro das organizações de esquerda, para as mulheres, reduzia-se, de acordo com Nye, a uma participação coadjuvante. Em sua análise, se, por um lado os partidos aceitavam as mulheres em suas organizações, por outro não concebiam as mulheres como dirigentes ou “líderes” e tão pouco estavam interessados em discutir as questões das mulheres, pois, “se os homens esquerdistas vislumbravam uma sociedade sem classes, não havia de ser uma classe sem gêneros”.¹¹

No caso de Lurdinha, ao entrar para o partido, sua primeira “missão” foi trabalhar nas fábricas onde poderia estreitar as relações com a classe operária e desenvolver a proposta

política comunista. Mesmo na época não tendo as questões de gênero como centrais na militância, a experiência com outras mulheres e a empolgação com as transformações fez com que ela buscasse um espaço feminino dentro dos sindicatos, local que ela descreve como “majoritariamente” masculino, e no qual ela se destacou na militância operária feminina.

A escolha pela militância feminista

Ao indagar as militantes sobre o contato com o feminismo, suas narrativas apontaram para eventos de destaques como a vinda de Beth Friedan ao Brasil, em 1971, para o lançamento de seu livro *A Mística Feminina* e as comemorações do *Ano Internacional da Mulher*, decretado pela ONU, em 1975. As manifestações em torno da data possibilitaram, no Brasil, que os movimentos sociais pudessem articular espaços de fala pública que, até então, estavam interditados pelo regime militar. Ainda nesse ano foi realizada, na cidade do México, a *I Conferência da Mulher*, na qual foi reconhecido o direito da mulher à integridade física, incluindo a autonomia da decisão sobre o próprio corpo e a visão da maternidade como uma opção. O feminismo passou, então, a ganhar outro *status* na sociedade com a ampliação do debate e o surgimento de grupos autônomos, muitos deles influenciados pelas discussões que as exiladas traziam do feminismo europeu. Portanto, o período é considerado como a “origem” do ressurgimento do feminismo no Brasil.¹²

Na leitura do passado, Amelinha, que havia saído da prisão, em 1973, destaca, além destes dois eventos, os artigos de Carmen da Silva, uma jornalista da Revista Cláudia que escrevia sobre questões como desejo, sexualidade, divórcio e aborto. Em suas palavras:

Antes de 1975 eu vejo três acontecimentos no Brasil são importantes nesse sentido para o feminismo, mas que a dificuldade era muito grande de ter este nome: feminismo. Um é a ascensão da Carmem Silva, ela já morreu e eu acho que era psicóloga. Ela era gaúcha, de esquerda e vivia como jornalista de revistas típica feminina e não feminista. Ela teve uma importância muito grande na minha vida, mesmo porque ela é de esquerda, é do mesmo partido ao qual eu pertencia e ela irá se reunir com alguns homens para discutir a questão do feminismo. A outra é a Beth Friedan que vivia nos EUA e escreveu um livro sobre a “Mulher e a Mística” ou “A Mística e a realidade das Mulheres”. Ela vem para o Brasil, vai para o Rio de Janeiro em meio a uma ditadura ferrenha e o jornal Pasquim, um jornal de resistência importante na luta contra a ditadura, crítica muito as feministas, que tem todo aquele ranço machista da esquerda e da sociedade, mas acho que a esquerda é especial no ranço do machismo.¹³

Friedan, psicóloga feminista ligada ao movimento liberal de mulheres dos Estados Unidos, teceu em seu livro uma crítica ao modo de vida das jovens americanas. Ao constatar que cada vez mais as jovens estudavam menos e se casavam mais cedo, a autora criticou a imagem das mulheres sempre associada à família e ao lar e perguntou, ao olhar para esse cenário, “é só isto?”.¹⁴ Em sua análise, a autora enfatiza que os especialistas ao escreverem sobre e para as mulheres apenas reafirmavam o seu destino biológico de mãe e esposa, um aprendizado sobre a “feminilidade” que acompanhava as mulheres desde a infância. A crítica da autora não foi bem recebida pela imprensa oficial e, Amelinha se recorda que os jornalistas do *Pasquim* subestimaram as declarações de Friedan, associando o feminismo à mulheres lésbicas, feias e mal amadas.

Criméia, por seu turno, também deixou o cárcere, em 1973, um pouco antes de sua irmã, quando pode retomar a guarda dos sobrinhos e do filho João Carlos, que estavam aos cuidados de membros distantes de sua família. Em sua memória, apesar das comemorações de 1975 aparecerem como um momento de “fala do feminismo”, o “tornar-se” feminista veem em outra perspectiva. Em sua fala, o contato com o debate feminista veio logo após que saiu da prisão. Como rememora:

Bom, meu contato com o feminismo foi depois da prisão, em 1975, que eu comecei a ler mais textos feministas e a falar com feministas. Agora, quando eu me tornei feminista eu não sei, porque desde adolescente eu não era uma mulher muito “normal”. Eu não fazia o que se esperava de uma mocinha. Eu era mais independente, mais livre. Então, sempre enfrentei o machismo sem saber que era machismo.¹⁵

Em *História da Sexualidade I*, Foucault afirma que, durante os séculos XVIII e XIX, a ciência e a medicina elaboraram discursos com o intuito de “maximizar” a vida. Estes discursos definiram a vida social dos indivíduos a partir da classificação de suas práticas sexuais em normais e patológicas, de forma binária e hierarquizada.¹⁶ Nesta divisão da sociedade, o feminino aparece associado à histeria, à fragilidade, à submissão e à inferioridade. A inscrição da diferença biológica relacionada a uma natureza ou essência designou aos indivíduos determinadas aptidões, comportamentos e destinos, no qual o das mulheres aparece relacionado à procriação e, conseqüentemente ao espaço privado. O feminismo vem, nesse sentido, questionar esses saberes estabelecidos como “naturais e fixos”, identificando as diferenças sexuais como construções historicamente constituídas, o que implica não apenas em novas leituras sobre o passado, mas novos olhares sobre si mesmo.

É por essa via que Criméia lê a entrada do feminismo em sua vida. Ao lembrar das suas posturas consideradas como “anormais”, das resistências diárias, seja dentro da militância no partido ou na faculdade, lugares onde se esperava um determinado tipo de atitude ou comportamento dela por “ser mulher”, diz:

Eu achava que era implicância comigo pessoa, não comigo enquanto gênero ou sexo. Eu achava que o problema era comigo, que eu era quem criava o problema. E mais tarde, quando eu comecei a ler os textos feministas foi que eu percebi que o problema não estava em mim, *estava fora*. Não era eu que era problemática, o que eu queria era óbvio. Eu era normal, o resto é que não era.¹⁷

O que Criméia localiza como “fora” de si é esta atribuição cultural de significado e valor às diferenças corporais, que posicionam os indivíduos de formas distintas na sociedade. O feminismo, assim, como argumenta Swain, possibilita a desconstrução destes saberes codificados que posicionam a “identidade” feminina como algo natural e fixo, permitindo pensar sobre outras possibilidades de existência.¹⁸

Já Terezinha, ao narrar seu contato com as ideias feministas, indica que já tinha uma simpatia muito grande pelo movimento dada a repercussão da vinda de Betty Friedan ao Brasil. Contudo, em suas memórias, é o estreitamento com o pensamento marxista que a levou à questão feminista. Enquanto estudante da USP, Terezinha morou na Casa Universitária, um espaço da Igreja Católica, destinado à moradia feminina. Em um dos grupos de estudos realizado pelas jovens, ela diz ter se encontrado com a causa ao ler “*O Manifesto Comunista*” escrito por Karl Marx. De acordo com sua narrativa: “(...) o Marx me ganhou não foi pela causa operária, mas por causa da questão da mulher que ele já falava. Depois nós estudamos bastante (...) “*O socialismo e a emancipação da mulher*”, do Lênin”.¹⁹

É inegável que Marx, Engels e Lênin, entre outros pensadores socialistas, tenham tocado na questão das mulheres. Como ressalta Mitchell o problema da opressão das mulheres sempre foi reconhecido; Engels, por exemplo, apontava que a primeira forma de opressão era a do feminino pelo masculino, a qual ele compreendia como resultado da propriedade privada e da constituição da família burguesa. A solução para os problemas das mulheres viria, então, com a revolução socialista, pois, findado o capitalismo a opressão das mulheres, que não era algo natural, mas proveniente da estrutura econômica, chegaria ao fim. Assim, como ressalta Mitchell, as mulheres não precisariam discutir tais questões, visto que estas seriam sanadas com a mudança de sistema econômico. Contudo, como lembra a mesma autora marxista,

“talvez nenhum outro grande tema tenha sido tão esquecido” para a esquerda, como a questão das mulheres.²⁰

No Brasil, nitidamente, o feminismo que ressurgiu nas décadas de 1960 e 1970, teve em sua concepção as ligações com o marxismo, dada a experiência de grande parte das militantes nos partidos de esquerda, e, não foi raro encontrar aquelas que se dedicaram a “dupla militância”. Goldberg explica que as feministas, naquele momento, travaram uma luta tanto contra a dominação patriarcal, quanto capitalista, no intuito de promover mudanças tanto na ordem econômica e social, quanto cultural. No entanto, a autora analisa que as questões relativas às mulheres precisaram ser negociadas fora do ativismo partidário, nos movimentos autônomos no intuito de evitar a subordinação dos assuntos ditos “específico das mulheres” à agenda dos partidos.²¹

É na experiência enquanto operária e militante que Lurdinha constrói sua memória sobre sua ligação com o movimento de mulheres e com o feminismo. Nas fábricas têxteis, onde trabalhava, a mão de obra era predominantemente feminina, no entanto as vozes que as representavam eram masculinas. É na luta por um outro espaço de representatividade neste meio masculino que ela narra seu contato com o movimento feminista. Como se recorda:

E nas indústrias têxteis tinha uma quantidade muito maior de mulheres e o sindicato era predominantemente masculino. E eu junto com outra companheira que entrou no PCdoB também e que tinha mais ou menos a mesma idade, a gente ficou muito conhecida na categoria porque nós falamos nas assembleias, então eram “as meninas do sindicato”. Então, nós decidimos montar o Departamento Cultural e também tentamos organizar as mulheres no sindicato e foi aí que eu tomei contato com as organizadoras, estava começando a organização do Congresso da Mulher Paulista. Tinha tido o Ano Internacional da Mulher.²²

Como exposto, foi por intermédio das comemorações do *Ano Internacional da Mulher* que muitos movimentos sociais tiveram a oportunidade de falar e, deste modo, puderam se organizar e preparar e congressos. Com esta abertura, as feministas, ao lado do movimento de mulheres, se articularam politicamente e construíram outros espaços de atuação. Na fala de Kátia, seu encontro com o feminismo aparece por meio do contato com os grupos de mulheres e feministas, que estavam organizando o *I Encontro da Mulher Paulista*, que ocorreu em 1977. Ela narra que tanto ela quanto o marido tinham uma visão política crítica, mas sem nenhum envolvimento direto com a militância. No entanto, tinham diversos amigos que eram ativistas e um deles, em uma visita a sua casa, lhe fez um convite para ir a uma reunião de mulheres que ocorreria na PUC (Pontifícia Universidade Católica) de São Paulo. Kátia, que aceitou ao convite do amigo, recorda-se do choque inicial ao encontrar-se com as feministas:

“E aí, eu cheguei na PUC e aquelas feministas todas descoladas com cabelão, saião, chinelo de dedo! (...) Estava a Amelinha, a Iara, a Ieda Areias (...) enfim, a mulherada de ponta do movimento feminista e eu lá me sentindo a própria dona de casa!”²³ A partir desse encontro, ela começou a frequentar os espaços de discussão feministas, incluindo o jornal *Brasil Mulher*, que também iniciou-se em 1975.

Cruzando caminhos

Entre os anos de 1975 a 1980, o folheto *Brasil Mulher* idealizado por Terezinha Zerbini, líder do Movimento pela Anistia, e Joana Lopes, militante política no Paraná, circulou no cenário brasileiro. O jornal tinha por objetivo discutir tanto as questões feministas, como o processo democrático, portanto, trazia uma linguagem marcada pelas relações com a esquerda e com o marxismo e, logo, serviu de local de encontro das militantes que fundaram a UMSP.

Amelinha entrou em contato com o *Brasil Mulher* por meio do Movimento pela Anistia, no momento em que seu marido ainda estava preso, e logo ingressou para as discussões do grupo, participando desde a primeira edição. Em sua leitura, o ativismo no jornal era, naquele período, um dos poucos caminhos possíveis para se discutir as formas de opressão que perpassavam o cotidiano feminino devido às dificuldades que se tinha para debater o assunto, tanto em âmbito nacional, diante do regime militar, como dentro da própria esquerda que não estava aberta para a questão. Segundo sua narrativa:

Nós defendíamos (no Brasil Mulher) o feminismo assim, contra a discriminação contra as mulheres, e no fim de 1975, nós vamos fazer essas discussões com muita, muita dificuldade, fora do partido. Porque no partido você não aprofunda nada. E nós tínhamos essa necessidade, pois nós sentíamos que o feminismo eclodia, que estava explodindo para todo lado, ao mesmo tempo aquela ditadura ferrenha e aquele feminismo que estava extrapolando o Brasil. Pois as exiladas traziam materiais sobre o feminismo, documentos para nós, textos que nós vamos tomando conhecimento e a gente vai começar a debater o quanto éramos exploradas, o quanto éramos violadas em nossos direitos, o tempo todo.²⁴

Kátia, logo após seu contato com o movimento feminista, na PUC, passou a frequentar as reuniões do *Brasil Mulher*, sediado na Rua dos Franceses, no bairro do Bixiga. Foi neste momento em que ela conheceu Amelinha, entre outras mulheres, que já estavam articuladas nas discussões feministas. Como ela conta, as reuniões eram um momento no qual eram

discutidas as questões latentes para o movimento como sexualidade e aborto, além da luta por creches e melhores condições de trabalho.

Nesta mesma época, Terezinha organizou, junto às colegas da Casa Universitária, um debate sobre a questão da mulher, no qual convidou as militantes do *Brasil Mulher* para discutirem o tema. Foi a partir deste encontro que ela entrou em contato com Amelinha e Raquel; Criméia, nesta época, morava em João Pessoa e vendia o jornal na cidade. Dois meses após o debate, de acordo com as memórias de Terezinha, as militantes do *Brasil Mulher* solicitaram o espaço da Casa Universitária para reunirem-se temporariamente, já que a sede oficial passava por problemas. Foi neste momento que os laços foram estreitados e a casa cedeu espaço para os preparativos para o *I Congresso da Mulher Paulista*. Como ela relembra:

Elas (do *Brasil Mulher*) nos chamaram para participar de algumas reuniões e nós fomos. E aí, elas nos chamaram para organizar o *I Encontro da Mulher Paulista*. E a Mila ficou de ir, por que nós escolhemos a Mila para representar a Casa Universitária. Aí, ela trazia as coisas e nós ajudamos e era aqui no (Teatro) Ruth Escobar. E foi aí que eu me aproximei mais.²⁵

O jornal também foi o que, de maneira distinta, fez com que Lurdinha se aproximasse das demais feministas. Em sua narrativa, ela compreende o encontro como uma “coincidência” da vida. Na proliferação de congressos promovidos pelos movimentos sociais, em meados dos anos de 1970, Lurdinha foi convidada a falar como representante das mulheres operárias na comemoração do Dia do Trabalho, em São Miguel Paulista. Como conta: “eu falava nas assembleias do sindicato (...). Eu era uma adolescente, idealista, muito dedicada. E aí, me convidaram para eu falar pelas mulheres operárias em um ato do 1º de Maio que teve lá em São Miguel Paulista”.²⁶

A fala entusiasmada de Lurdinha em defesa das mulheres trabalhadoras despertou o interesse da jornalista do *Brasil Mulher* em entrevistar a jovem militante. Foi naquele dia que Amelinha fazendo uma reportagem sobre o movimento de mulheres, resolveu entrevistá-la e como ela se lembra: “Foi aí que nós trouxemos a Lurdinha!”.²⁷ Apesar de pertencerem, também, ao mesmo partido político, foi as demandas de gênero que acabaram por convergir o encontro dessas militantes. Nesse mesmo período, crescia no país os espaços feministas, ampliando o debate, por um lado; e por outro trazendo os paradoxos de se falar sobre feminismo a partir do conceito hegemônico de política. Isto gerou para muitas feministas um impasse diante do projeto político que acreditavam compartilhar e a necessidade de uma forma de ação autônoma e livre.

Entrelaçando desejos

O final da década de 1970 foi marcado pelos conflitos entre as feministas e as esquerdas tradicionais, levando as primeiras a se interrogarem a respeito da proposta política “revolucionária”. No *I Congresso da Mulher Metalúrgica*, rememorado por Lurdinha, em 1978, as feministas não puderam participar. Apesar de o evento ser organizado pelas mulheres, o mesmo foi tutelado pelo Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo e Diadema, que colocou inúmeras barreiras à participação das feministas, as quais só puderam comparecer na condição de jornalistas. Assim, além da misoginia dos dirigentes e “companheiros” que proibiram o direito de fala às feministas, esses negaram a principal reivindicação das metalúrgicas que consistia na criação de um departamento sindical feminino.²⁸

Já no *I Encontro da Mulher Paulista*, em 1979, as discussões fluíram de forma livre. Contudo, ao final do evento, o autoritarismo de algumas militantes se manifestou ao se oporem às decisões dos grupos de discussão e suprimirem do documento final algumas resoluções, a exemplo da descriminalização do aborto, que contrariava a posição da Igreja Católica, a qual apoiava alguns partidos políticos. Durante o *II Congresso da Mulher Paulista* as tensões foram ainda mais acirradas, apontando para a urgência da autonomia política que o movimento feminista deveria tomar. Neste período, alguns grupos já haviam sido criados como o Coletivo Feminista de Campinas, o 8 de Março, o Frente de Mulheres Feministas e o Grupo Lésbico Feminista.²⁹ O evento, porém, havia sido organizado pelas feministas, como as ativistas do *Brasil Mulher* e outras militantes dos movimentos de mulheres ligadas ao MDB e ao MR-8. Algumas integrantes tentaram vetar a participação do grupo organizado de lésbicas e inibir a fala das mulheres negras, argumentando que não havia especificidades em torno da questão feminina. Amelinha, ao falar sobre a questão, se recorda que em meio às dificuldades da repressão, as feministas e os movimentos de mulheres acabaram por se concentrar nas questões relativas à igualdade feminina e à luta democrática, o que impediu de pensar em outras formas de sexualidade e afetividade. Esses encontros, como ela pontua, não eram realizados apenas por feministas, o que acarretava nas posturas de rejeição à demandas das lésbicas ou das negras, por exemplo. Como ela relembra:

As lésbicas e as negras enfrentavam muitas dificuldades dentro desse movimento. Eu me lembro de uma reunião, lá no Tuca, em 1980, que uma mulher pediu a palavra para falar sobre a coordenação. Por que a briga era

sempre para estar na coordenação, uma briga muito parecida com a dos homens, mas tudo bem, nós ainda estávamos aprendendo a nos organizar, a fazer política, a lidar com as coisas públicas. E aí quando levantaram a questão, pois ela queria participar como negra, ela queria estar ali enquanto sujeito político negro. E as próprias feministas, de acordo com as regras, eram as questões pessoais que vão privilegiar pelo bom funcionamento, sem exclusões de raça ou sexual. Sendo que tudo isso deveria ser discutido para o bom funcionamento. (...) Por que essas discussões sempre vieram junto do feminismo. Mas eu já estava acostumada. Era comunista e no comunismo também era para você defender o lado social, igualdade de direitos, salário igual para todo mundo e lá uns tem mais do que o outro. E o feminismo passou por isso também.³⁰

Esses impasses levaram muitas feministas a se questionarem sobre quais caminhos da militância seguir para tratar tanto das demandas específicas, quanto das de gênero, sobretudo aquelas ligadas à “dupla militância”. Se por um lado havia a tentativa de restrição dos partidos tradicionais da esquerda à questão da mulher, por outro assistia-se também as divergências dentro dos próprios grupos feministas. Os grupos se dividiam entre suas linhas de atuação política, algumas associações trabalhavam com grupos de reflexões e conscientização, nos quais cada participante contava um pouco de sua vida. O intuito era fazer com que alguns temas que até então eram silenciados ganhassem visibilidade como questões de fórum político e social. Do outro lado, as feministas ligadas ao marxismo enfatizavam a emancipação da mulher pelo trabalho e localizava a opressão feminina na exploração capitalista e na cultura patriarcal. Nesse sentido, o trabalho de conscientização das mulheres deveria ser direcionado para as mulheres trabalhadoras que deveriam se libertar das formas de exploração no trabalho e no lar. É nesta chave de leitura que Kátia percebe as divergências que marcaram o período que antecederam a fundação da União de Mulheres de São Paulo. Ao recordar as reuniões preparatórias para o *II Congresso da Mulher Paulista*, sinaliza que além das questões envolvendo os partidos, havia também as divergências políticas em relação à atuação feminista, o que tornava cada vez mais necessária uma relação de autonomia.

Tinha o pessoal da União e outras lideranças feministas. E foi aí que a gente começou a se afastar das feministas que a gente tinha uma posição diferente que era o apoio à mulher trabalhadora e elas era a questão da sexualidade(...). E tinha gente que chegava meia noite e a gente passava a noite inteira discutindo e aí chegava à meia noite e aí queria decidir! Então para que discussão?! E tinha umas que queriam decidir sobre o próprio corpo da qual ninguém nunca foi contra, mas a gente tinha uma preocupação com a questão do trabalho que não era a preocupação (delas). E isso foi mais ou menos o divisor.³¹

Já Criméia, ao relembrar o período, destaca em sua narrativa os tumultos que permeavam as reuniões e manifestações, além da falta de continuidade das atividades, o que exigia, segundo ela, a formação de uma entidade. Em suas palavras:

Porque no começo era assim, a gente se reunia para preparar o 8 de março, discutia, dava muito buchicho nas manifestações, nos congressos e era uma preparação muito longa e massiva, porque a gente fazia reuniões nos bairros, fazia bazar, fazia feira... Nós chegamos a fazer uma feira aqui na (praça) Dom Orione, tinha coisas de feira e tinham coisas feministas. Mas aí passava o 8 de março e a coisa murchava. Aí nós achamos que tinha que ter uma entidade e foi aí que nós criamos a União de Mulheres.³²

Foi a partir da confluência de desejos de construir um espaço autônomo onde as vozes femininas pudessem ecoar que, em dezembro de 1981, no Sindicato dos Químicos, no bairro da Liberdade, foi fundada a associação autônoma feminista *União de Mulheres de São Paulo*. Em seu primeiro boletim, a organização afirmava que a mesma tinha como objetivo “lutar pelo direito das mulheres e pelas liberdades democráticas”. No espaço do Sindicato se reuniram cerca de trezentas mulheres vindas da articulação das militantes com outros movimentos sociais. E, apesar da União de Mulheres de São Paulo ser idealizada e fundada por ativas militantes do PC do B, esta, ao contrário de outras organizações de mulheres, como a Federação Paulista de Mulheres associada ao MR-8, não surgia como uma extensão do PCdoB ou com qualquer outro vínculo partidário. Mesmo tendo alguns companheiros que apoiavam a organização, a fundação fazia-se justamente pela necessidade de falar por si mesma, longe das posturas autoritárias e avessas ao feminismo vindas do partido. Como relembra Criméia:

(...) os partidos só tinham as mulheres como massa de manobra, né. Como sempre a direção era homem, a concepção era machista e então essa questão do feminismo se resolve com o socialismo, porque agora no capitalismo nós não podemos brigar com homem proletário. Isso aí é coisa da burguesia que quer nos dividir.³³

A experiência das feministas e de outras mulheres ligadas a movimentos sociais foi o que moveu o desejo de constituição de um espaço para elas. A fundação da entidade é percebida pelas militantes entrevistadas como a possibilidade de discutir as questões relativas ao feminino e torná-las um fato político, como expõe Terezinha:

É que nós, por já estarmos na política, nós acabamos compreendendo a necessidade, a latência de ter nosso próprio grupo para isso, para refletir sobre as nossas questões. E aí nós sabíamos que outras mulheres, por exemplo, nós lemos Roxa Luxemburgo, Clara Zetkin, Alexandra Kollontai e

a Emma Goldman. Então, nós já tínhamos sido da Federação de Mulheres do Brasil, do Partido Comunista, então tínhamos essa marca. Nós achávamos que era importante discutir as nossas questões.³⁴

Mesmo não tendo ligação com o partido, a UMSP sempre conciliou, em seu ativismo, as questões “gerais”, como as liberdades democráticas, as questões trabalhistas e o movimento de carestia às demandas feministas. Do mesmo modo, a associação nunca abandonou a perspectiva marxista. As autoras citadas por Terezinha foram grandes expoentes do movimento comunista e anarquista europeu e dedicaram grande parte de suas vidas à militância. Elas se engajaram na luta pela emancipação feminina, seja por meio das produções bibliográficas ou da organização de movimentos de mulheres.³⁵ Falavam do direito ao voto, da igualdade de oportunidades e de salários, da proteção social à mulher e a criança que deveriam ser geridas pelo Estado. Reinvidicações que inspiraram as feministas marxistas brasileiras, a exemplo das que constituíram a UMSP.

No entanto, as ideias masculinas hegemônicas de revolução não conseguiam conceber como ações políticas os pontos colocados pelas feministas, como esclarecer as mulheres sobre seus direitos ou conhecer seu próprio corpo. Além disso, muitas das críticas direcionadas pelas feministas às posturas machistas da sociedade encontravam terreno fértil dentro do próprio partido, aumentando ainda mais a distância entre ambas as militâncias. A tentativa de articular as duas formas de militância foi aos poucos se desgastando, como narra Amelinha: “Quando você conversava com eles, estes pareciam estar de acordo, mas logo você percebia que eles faziam de tudo para ferir, para minar esse acordo”.³⁶ Para essas mulheres que haviam elegido a militância política como um estilo de vida, as relações de companheirismo e amizade eram cada vez mais interrogadas. Numa outra via, a postura questionadora e as críticas à proposta política do partido levaram os companheiros a discutir a participação das militantes feministas no grupo. Como se recorda Lurdinha:

Na verdade, eu acho que a gente começou a assuntar os dirigentes ortodoxos, machistas que não suportavam nenhum posicionamento crítico. E tudo que o feminismo nos ensina, que você aprende na vida, é você ter sempre uma visão crítica do mundo, porque senão, a revolução, a luta pelo socialismo, pode justificar inclusive as violências contra as mulheres, inclusive o machismo, porque isso é menos importante para a sociedade.³⁷

A fala engajada daquelas mulheres que enfrentavam a proposta política falocêntrica de seus “companheiros” levou algumas a serem expulsas e outras a romperem com a militância partidária. Durante quase seis anos, muitas das mulheres que eram militantes da UMSP continuaram ligadas ao PCdoB, como Amelinha, Terezinha, Lurdinha, Rosana, Criméia, Cida

Cerapião, entre outras, mas o aumento da intolerância do partido à política feminista tornou a relação impossível.

Criméia conta que deixou o partido em 1987, no momento em que as divergências aumentaram, levando o PCdoB a expulsar algumas ativistas que eram militantes da UMSP, como Lurdinha, Terezinha e Amelinha. Como ela conta: “(...) Eu estava no partido, tinha divergência e eu fiquei até 1987 com a expulsão das três “inhas” que eram a Amelinha, a Lurdinha e a Terezinha. Mas, eu não fazia tudo que eles queriam porque eu não aguentava. Então, eu era uma militante marginal”.³⁸

Todas essas experiências, no entanto, possibilitaram novos olhares para as formas de se fazer política e de transformar o cotidiano, pois para o feminismo, como se sabe, os poderes a serem enfrentados não são representados apenas pelo Estado ou outras instituições, ao contrário, são aqueles que parecem invisíveis, mas que permanecem dominando e apropriando-se dos corpos e das vidas femininas, e, portanto, é no dia a dia que ele deve ser combatido.

Nestas três décadas de militância, as fundadoras que cederam suas memórias para essa pesquisa, continuam à frente da UMSP, exceto Lurdinha que, no entanto, segue no movimento feminista e mantém relações com a associação. Sem aderir ao processo de *ongificação*, predominante nos anos de 1990, a entidade autônoma segue articulando projetos e manifestações no campo dos Direitos Humanos das Mulheres, sobretudo no que diz respeito à violência direcionada às mulheres, sendo considerada, inclusive, “referência de organização local feminista na luta contra a violência com base no gênero”.³⁹ Além da luta contra o patriarcado e as formas de opressão, as militantes da UMSP seguem trabalhando com as perspectivas “gerais” da sociedade e com a memória sobre os desaparecidos políticos da ditadura, uma experiência da qual são próximas.

Desde a fundação, a associação tem-se dedicado à luta pelos “Direitos das Mulheres” tanto no sentido de buscar o reconhecimento da equidade de cidadania entre os gêneros, como nas formas de denúncia dos descasos do Estado às formas de violência contra as mulheres, ou ainda nas críticas que investe contra o discurso jurídico que tenta definir e controlar os corpos e os desejos femininos. Durante a década de 1980, a UMSP lutou para a inserção de novos conceitos de família e sexualidade entrassem na Assembleia Constituinte, bem como lançou fortes crítica ao que concerne as interferências do Estado e da Igreja na autonomia do corpo feminino. Assim, esteve à frente das campanhas pela descriminalização do aborto e da elaboração do projeto de lei da licença paternidade, visto como uma forma de repensar a função social da maternidade e as relações entre pais e filhos.

No início da década de 1990, a UMSP, ao lado da ONG feminista Themis, de Porto Alegre, assumiram o projeto de educação jurídica popular denominado “Promotoras Legais Populares”, que visa ensinar às mulheres noções básicas de Direito e cidadania, a partir de uma perspectiva feminista. O objetivo do curso não é apenas o conhecimento das leis ou do sistema jurídico, mas, sobretudo, fornecer instrumentos para que as mulheres passem a se reconhecerem como “sujeitos políticos” e constituírem um olhar sobre as relações assimétricas de gênero que perpassam seus cotidianos.

Em suma, nas primeiras entrevistas que realizei com as integrantes do grupo, vieram à tona, nas narrativas, o entusiasmo com os primeiros anos de militância feminista e os confrontos com o partido para que as questões femininas pudessem ser incorporadas. Nessas releituras do passado, as falas excitadas sobre o ativismo também cederam espaços para sentimentos como o de “decepção”, definido por Lurdinha, ao falar sobre a saída do partido e as rupturas, inclusive consigo, que ocorreram a partir então. Ao mesmo tempo, mesmo diante desses conflitos que passaram pelas questões pessoais, nas falas emergiram a constante preocupação dessas mulheres com o mundo. Ao criticar o binarismo sexual, a heteronormatividade compulsória, o “destino biológico” das mulheres, a associação constrói pontes para que as mulheres possam ser ver diferente e tecer outros olhares para as relações que as cercam.

Referências Bibliográficas

ALVAREZ, Sonia. *Engendering Democracy in Brazil: women’s movements in politics*. Princeton University Press: Oxford, 1993.

FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade I: A vontade do Saber*. 16ª edição. São Paulo: Editora Graal, 2005.

_____. Introdução à vida não fascista. In: DELEUZE, Gilles & GUATTARI, Félix. *Anti-Oedipus: Capitalism and Schizophrenia*. New York: Viking Press, 1977.

GOLDBERG, Anette. *Feminismo e autoritarismo: a metamorfose de uma utopia de liberação em ideologia liberalizante*. Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, 1987.

MITCHELL, Juliet. Mulheres: a Revolução mais longa. Tradução: Rodolfo Konder. Revista Niterói, v. 6, nº 2, v. 7, p. 203-232.

MORAES, Maria Lygia Q. *Família e feminismo: reflexões sobre papéis femininos na imprensa para mulheres*. Tese de Doutorado, Departamento de Sociologia, Universidade de São Paulo, 1982.

NYE, Andrea. *Teoria feminista e as filosofias do homem*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1988.

RAGO, Margareth. *A aventura de contar-se: feminismos, escrita de si e invenções da subjetividade*. Campinas: Editora da Unicamp, 2013.

_____. Feminizar é preciso, ou por uma cultura filógena. *Revista do SEADE*, São Paulo, 2002.

ROSA, Susel de Oliveira. Subterrâneos da Liberdade: mulher, militância e clandestinidade. In: *Anais do Colóquio Internacional Gênero, Feminismo e a Ditadura no Cone Sul*. Universidade Federal de Santa Catarina, 2009.

SANTOS, Cecília MacDowell. Ativismo Jurídico Transnacional e o Estado: reflexões sobre os casos apresentados contra o Brasil na Comissão Interamericana de Direitos Humanos. *Revista Internacional de Direitos Humanos*, v. 7, ano 4, 2007.

SWAIN, Navarro Tania. Entre o normal e o ‘abjeto’: a homossexualidade compulsória e o destino biológico das mulheres. *Revista Labrys Estudos Feminista*, nº 6, 2004.

_____. “Os limites do corpo sexuado: diversidade e representação social”. *Revista Labrys Estudos Feminista*, nº 13, 2008.

TELES, Maria A.; CRUZ, Rosalina. *Da Guerrilha à Imprensa Feminista: a construção do feminismo pós-luta armada no Brasil (1975-1980)*. São Paulo: Editora Intermeios, 2013.

TELES, Maria A. de A. Lembranças de um tempo sem sol... In: PEDRO, Joana M & WOLFF, Cristina (Org.). *Gênero, Feminismos e ditaduras no Cone Sul*. Florianópolis: Editoras Mulheres, 2010.

¹ FOUCAULT, Michel. Introdução à vida não-fascista. In: DELEUZE, Gilles & GUATTARI, Félix. *Anti-Oedipus: Capitalism and Schizophrenia*. Tradução Wanderson Flor do Nascimento. New York: Viking Press, 1977, p.3.

² FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

³ TELES, Maria Amélia de Almeida. Lembranças de um tempo sem sol... In: PEDRO, Joana M & WOLFF, Cristina (Org.). *Gênero, Feminismos e ditaduras no Cone Sul*. Florianópolis: Editoras Mulheres, 2010, p. 286.

⁴ Entrevista com Criméia A. S. Almeida, abril de 2011.

⁵ Sobre a experiência de Criméia neste período ver: RAGO, Margareth. Memórias da Clandestinidade: Criméia Alice de Almeida Schmidt e a Guerrilha do Araguaia. In: PEDRO, Joana M & WOLFF, Cristina (Org.) *Gênero, Feminismos e ditaduras no Cone Sul*. Florianópolis: Editoras Mulheres, 2010; Entrevista com Criméia Alice de Almeida Schmidt. *Clio - Série Revista de Pesquisa Histórica*, nº 26, 2008.

⁶ Entrevista com Terezinha de Oliveira Gonzaga, maio de 2010.

⁷ O romance do autor 02405-030em três volumes: *Subterrâneos da liberdade I: Os ásperos tempos*. Rio de Janeiro: Record, 1980; *Subterrâneos da liberdade II: Agonia da noite*. São Paulo: Martins Fontes, s/d; *Subterrâneos da liberdade III: A luz no túnel*. São Paulo: Martins Fontes, s/d.

⁸ Entrevista Maria de Lourdes Rodrigues, agosto de 2011.

⁹ Idem.

¹⁰ ROSA, Susel de Oliveira Subterrâneos da Liberdade: mulher, militância e clandestinidade. In: *Anais do Colóquio Internacional Gênero, Feminismo e a Ditadura no Cone Sul*. Universidade Federal de Santa Catarina, 2009.

¹¹ NYE, Andrea. *Teoria feminista e as filosofias do homem*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1988, p.120

¹² PEDRO, Joana. Narrativas fundadoras do feminismo: poderes e conflitos (1970-1978). *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 26, nº 52, p. 249-272, 2006.

- ¹³ Entrevista Maria Amélia de Almeida Teles, fevereiro de 2011.
- ¹⁴ FRIEDAN, Betty. *A mística Feminina*. Editora Vozes: Petrópolis, 1971.
- ¹⁵ Entrevista Criméia A. S. Almeida, abril de 2011.
- ¹⁶ FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade I: A vontade do Saber*. São Paulo: Editora Graal, 16ª edição, 2005.
- ¹⁷ Entrevista com Criméia A. S. Almeida, abril de 2011.
- ¹⁸ SWAIN, Tania. Entre o normal e o ‘abjeto’: a heterossexualidade compulsória e o destino biológico das mulheres. *Revista Labrys Estudos Feminista*, nº 6, 2004.
- ¹⁹ Entrevista com Terezinha O. Gonzaga, maio de 2010.
- ²⁰ MITCHELL, Juliet. Mulheres: a Revolução mais longa. Tradução: Rodolfo Konder. *Revista Niterói*, v. 6, nº 2, v. 7, p. 203-232, 2º semestre de 2006, p. 204.
- ²¹ GOLDBERG, Anette. *Feminismo e autoritarismo: a metamorfose de uma utopia de liberação em ideologia liberalizante*. Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, 1987.
- ²² Entrevista Maria de Lourdes Rodrigues, agosto de 2011.
- ²³ Entrevista com Kátia Antunes, maio de 2011.
- ²⁴ Entrevista com Maria Amélia Almeida Teles, fevereiro de 2011.
- ²⁵ Entrevista com Terezinha O. Gonzaga, maio de 2010.
- ²⁶ Entrevista com Maria de Lourdes Rodrigues, agosto de 2011.
- ²⁷ Entrevista Maria Amélia de Almeida Teles, fevereiro de 2011.
- ²⁸ Ver GOLDBERG, Anette. *Feminismo e autoritarismo: a metamorfose de uma utopia de liberação em ideologia liberalizante*, op.cit.
- ²⁹ GREGORI, Maria Filomena. *Cenas e Queixas: um estudo sobre mulheres e relações violentas e a prática feminista*. São Paulo: Paz e Terra, 1992.
- ³⁰ Entrevista Maria Amélia de Almeida Teles, fevereiro de 2011.
- ³¹ Entrevista Kátia Antunes, maio de 2011.
- ³² Entrevista Criméia A. S. Almeida, abril de 2011.
- ³³ Idem.
- ³⁴ Entrevista com Terezinha O. Gonzaga, maio de 2010.
- ³⁵ Ver: KOLLONTAI, Alexandra. *Autobiografia de uma mulher emancipada*. São Paulo: Editora Proposta, 1980.
- ³⁶ Entrevista com Maria Amélia de Almeida Teles, fevereiro de 2011.
- ³⁷ Entrevista com Maria de Lourdes Rodrigues, agosto de 2011.
- ³⁸ Entrevista com Criméia A. S. Almeida, abril de 2011.
- ³⁹ SANTOS, Cecília MacDowell. Ativismo Jurídico Transnacional e o Estado: reflexões sobre os casos apresentados contra o Brasil na Comissão Interamericana de Direitos Humanos. *Revista Internacional de Direitos Humanos*, v. 7, ano 4, 2007.